

# Orcamento da saude, regras de gasto e cenários no enfrentamento da pandemia de COVID-19

Convênio 151/2018 UNIFESP - MPF

2021

Arthur Chioro

Lascol - Unifesp



# Equipe

## Pesquisadores:

- ▶ Arthur Chioro (coordenador)
- ▶ Lumena Almeida Castro Furtado
- ▶ Jorge Harada
- ▶ Larissa Maria Bragagnolo
- ▶ Bruno Moretti (bolsista)
- ▶ Mariana Alves Melo (bolsista)

## Alunos de doutorado:

- ▶ Ana Paula Sóter (bolsista)
- ▶ Elaine Maria Giannotti (bolsista)
- ▶ Luis Tofani
- ▶ Andre Luiz Bigal

## Alunos de graduação (EPM)

- ▶ Gabriela Rodrigues da Silva (bolsista)
- ▶ Fernanda Souza L. Camargo (bolsista)
- ▶ Deize Grazielle C. F. Feliciano
- ▶ Daniele Vieira Passos (bolsista)
- ▶ João Vitor Chau Bernardino



Convênio 151/2018  
UNIFESP – MPF/SP

- ▶ **Edital MPF/SP e Unifesp** para fim de Orientação Técnica e Produção de Dados na Garantia de Direitos no Contexto da Pandemia Covid-19
- ▶ **Objeto:** Atender à questão-problema para colaborar com a instrução de procedimentos e inquéritos abertos MPF/SP

## **II- AVALIAR O USO DO ORÇAMENTO FEDERAL NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA,**

CONSIDERANDO O REPASSE A ESTADOS E MUNICÍPIOS E A EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DIRETA DA UNIÃO NA ÁREA DA SAÚDE, INCLUINDO A GARANTIA DE INSUMOS E MEDICAMENTOS.

CONSIDERAR NA ANÁLISE O DESFINANCIAMENTO DO SUS COM A APROVAÇÃO DA EC95 E O REFLEXO DESTE NA AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE NESTE MOMENTO E NO PÓS PANDEMIA.

APRESENTAR DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES PARA O EFETIVO FINANCIAMENTO DO SUS QUE POSSIBILITE A GARANTIA DE UM SISTEMA PÚBLICO UNIVERSAL E INTEGRAL.

(Procedimentos de acompanhamento no 1.34.001.001867/2020-91, 1.34.005.000031/2020-39 e 1.34.005.000077/2020-58).

# Produtos

- ▶ **Produto 1:** Elaboração de um “raio-x” do orçamento de saúde para a pandemia.
- ▶ **Produto 2:** Examinar o impacto das regras de gasto sobre o orçamento federal de ações e serviços públicos de saúde.
- ▶ **Produto 3:** Avaliar cenários com alternativas de regras de gasto para 2021, medindo seus impactos sobre as despesas federais do SUS.
- ▶ **Produto 4:** Avaliação da proposta orçamentária de 2021 para ações e serviços públicos de saúde em âmbito federal.
- ▶ **Produto 5:** Análise do desempenho da execução orçamentária e direção do gasto municipal, estadual e federal dos recursos extraordinários das fontes federal e estadual destinados ao enfrentamento da Pandemia do COVID-19 no Estado de São Paulo

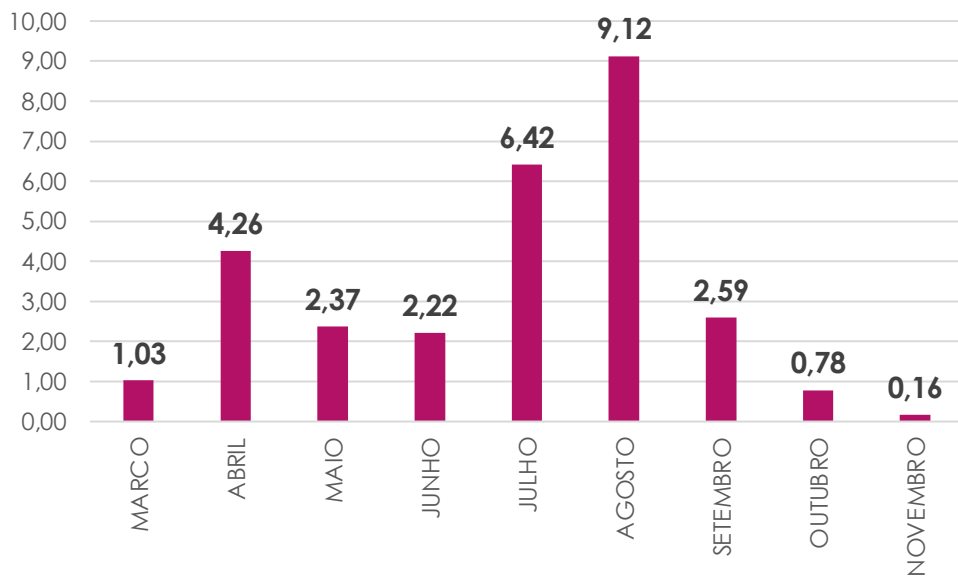


# Produto 1:

RAIO-X" DO ORÇAMENTO DE SAÚDE PARA A PANDEMIA

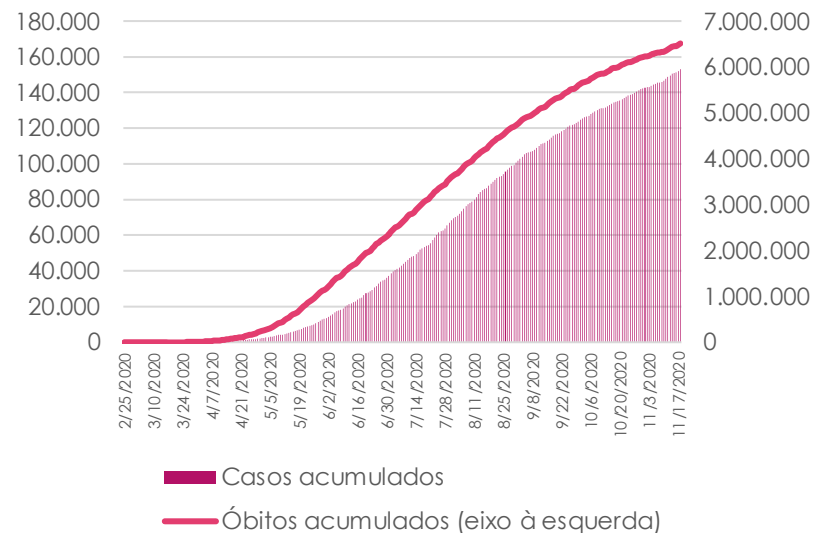
# Demora do governo federal em agir e destinar recursos extraordinários para o enfrentamento da pandemia (mais de 30 dias)

Gráfico 1 - Transferências aos entes para enfrentamento à Covid-19 (R\$ bilhões)



Fonte: SigaBrasil. Consulta em 19 nov 2020

Gráfico 2 - Casos e óbitos acumulados - Covid-19



Fonte: Painel Covid. Consulta em 19 nov 2020.



# O desempenho do MS na execução dos recursos foi um desastre

não conseguiu utilizar integralmente o recursos destinados

## Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - MS (R\$)

Plano Orçamentário	LOA	Empenho	Pagamento
<b>TOTAL</b>	43.742.542.980	37.807.379.185	35.086.752.806

Fonte: Siop. Consulta em 19 nov 2020



# Isso contribuiu para o aumento do número de casos e óbitos !

**Tabela 3 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública - Ministério da Saúde (R\$)**

<b>Modalidade de aplicação</b>	<b>LOA autorizado</b>	<b>Empenho</b>	<b>Pago</b>	<b>Saldo a empenhar</b>	<b>Saldo a pagar</b>
<b>Transferências a entes</b>	32.342.684.249	29.645.287.361	28.938.479.331	2.697.396.888	3.404.204.918
<b>Transferências a Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos</b>	61.489.841	61.489.841	48.414.743	-	13.075.098
<b>Transferências ao Exterior</b>	1.584.354.969	1.583.502.688	1.282.366.842	852.281	301.988.127
<b>Aplicações Diretas</b>	9.666.660.590	6.430.245.966	4.742.526.651	3.236.414.625	4.924.133.940
<b>Aplicações Diretas - Operações Intra-Orcamentárias</b>	86.853.330	86.853.328	74.965.238	2	11.888.092
<b>Reserva de Contingência</b>	500.000	-	-	500.000	500.000
<b>Total Geral</b>	<b>43.742.542.980</b>	<b>37.807.379.185</b>	<b>35.086.752.806</b>	<b>5.935.163.795</b>	<b>8.655.790.174</b>

**A atuação do MS foi marcada pela descoordenação e desarticulação.**

não se responsabilizou pela compra pública centralizada que contribuiria para o adequado enfrentamento da pandemia (testes, EPI, respiradores, medicamentos para intubação, oxigênio, vacinas...)

**Tabela 4 - Aplicação direta pelo MS dos recursos da Covid-19 por elemento de despesa (R\$)**

Elemento de despesa	LOA	Empenho	Pago
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.717.407.484	2.565.658.390	1.777.340.888
30 - Material de Consumo	2.211.798.030	1.729.087.094	1.357.878.728
52 - Equipamentos e Material Permanente	1.061.493.143	1.052.399.114	757.230.822
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	438.591.311	438.591.311	374.795.354
48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	415.120.941	415.120.941	309.423.597
51 - Obras e Instalações	96.483.208	96.483.208	69.303.063
34 - Outras Despesas de Pessoal - Terceirização	88.742.697	87.836.945	67.854.792
37 - Locação de Mão-de-obra	34.494.238	33.976.546	24.659.287
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	6.077.652	5.905.556	1.926.366
14 - Diárias - Civil	2.574.692	2.574.692	1.920.249
35 - Serviços de Consultoria	1.487.470	1.487.470	-
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	574.163	489.974	65.793
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	305.625	305.625	-
93 - Indenizações e Restituições	241.571	241.571	85.332
15 - Diárias - Militar	40.985	40.985	-
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	34.527	34.527	30.427
47 - Obrigações Tributárias E Contributivas	12.016	12.016	11.954
00 - [a detalhar]	2.591.180.835	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.666.660.590</b>	<b>6.430.245.966</b>	<b>4.742.526.651</b>

# Produto 2:

IMPACTO DAS REGRAS DE GASTO SOBRE O ORÇAMENTO  
FEDERAL DE ASPs

# A pandemia mostrou que é falso:

- ▶ o discurso sobre endividamento do Estado como impeditivo ao investimento em políticas públicas
- ▶ a necessidade de adoção de medidas fiscais rigorosas (LRF, EC 95 e “regra de ouro”)

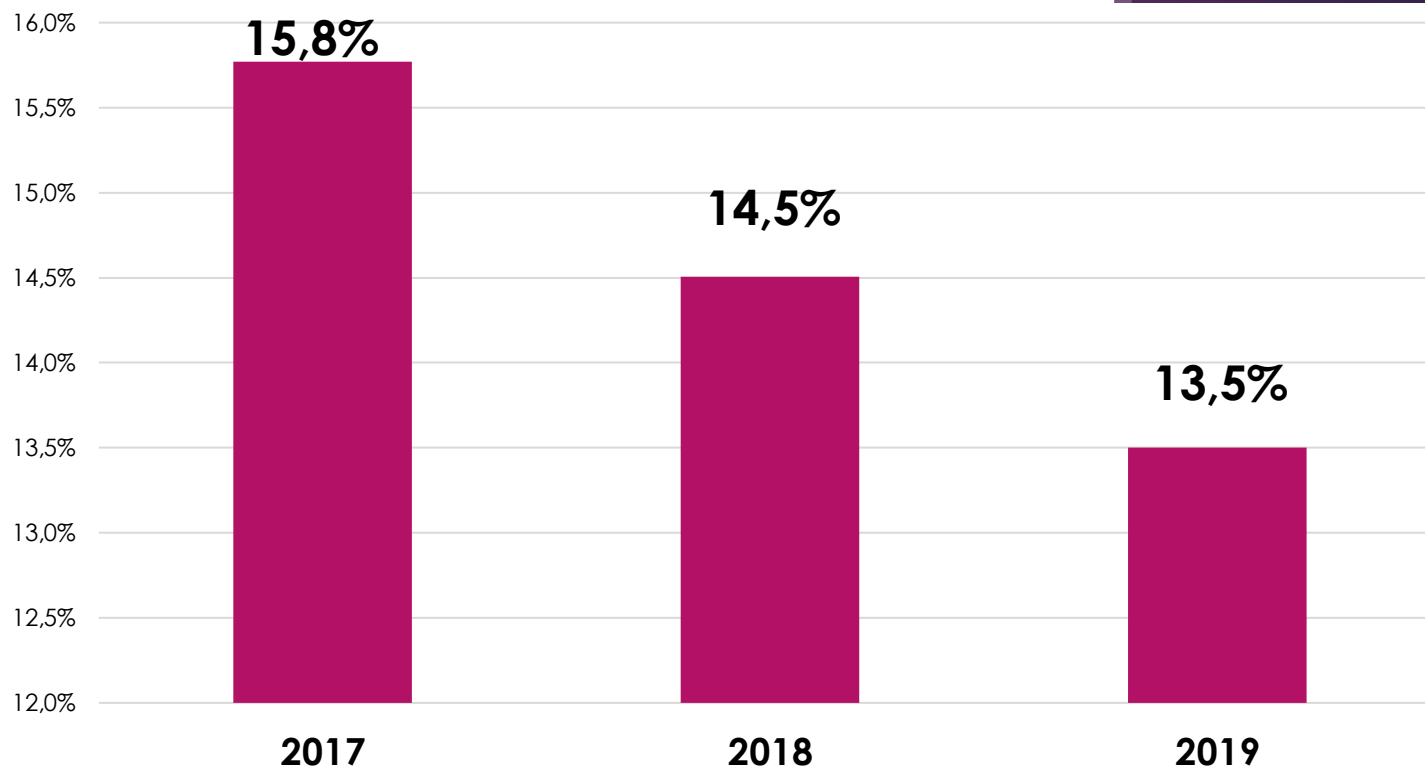
O Estado não é mínimo, mas escolhe o lado, favorecendo o sistema financeiro em detrimento das políticas públicas

# Impacto das regras de gasto sobre o orçamento federal de ASPS

- ▶ **já é perceptível o desfinanciamento e a inviabilização do SUS resultantes da EC 95**
- ▶ **O SUS é subfinanciado em comparação com o gasto em saúde per capita em outros países.**
- ▶ **A dívida pública, utilizada aqui como desculpa, tem comportamento semelhante a de outros países.**
- ▶ **As regras fiscais draconianas utilizadas no Brasil não tem precedente em outros países**

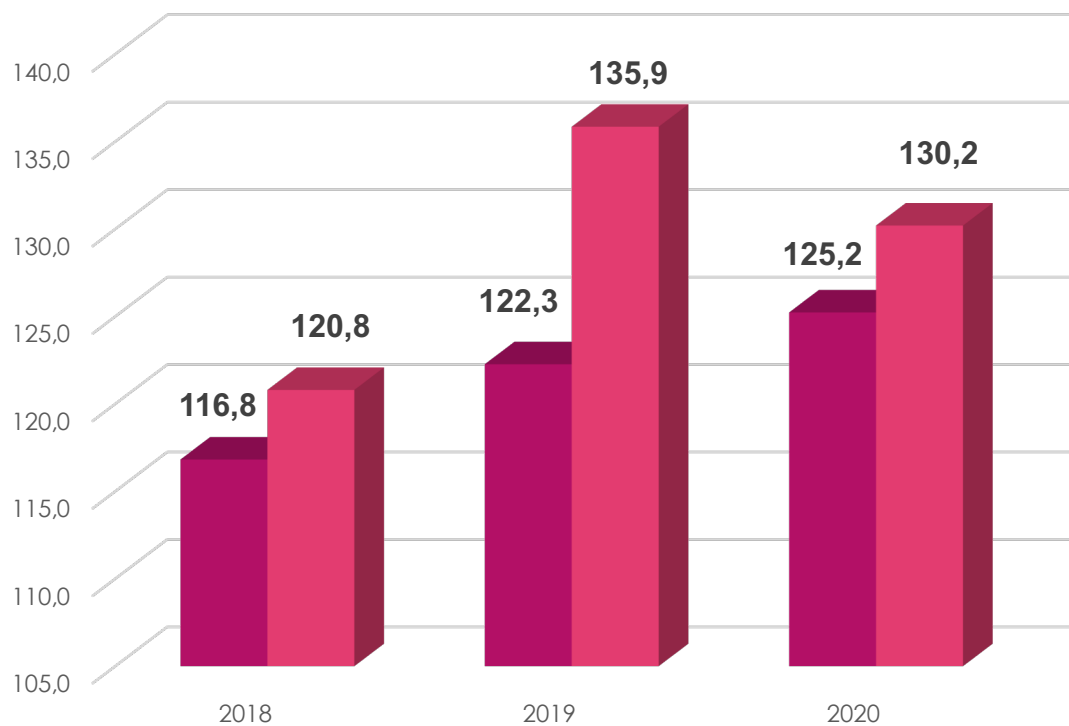
# Impacto da EC 95 sobre o SUS

Despesas em ações e serviços públicos de saúde (% da RCL)



Fonte: Siop e RREO. Valores empenhados.

**- R\$ 22,5 bilhões no SUS**



■ Orçamento ASPS ■ Piso EC 86

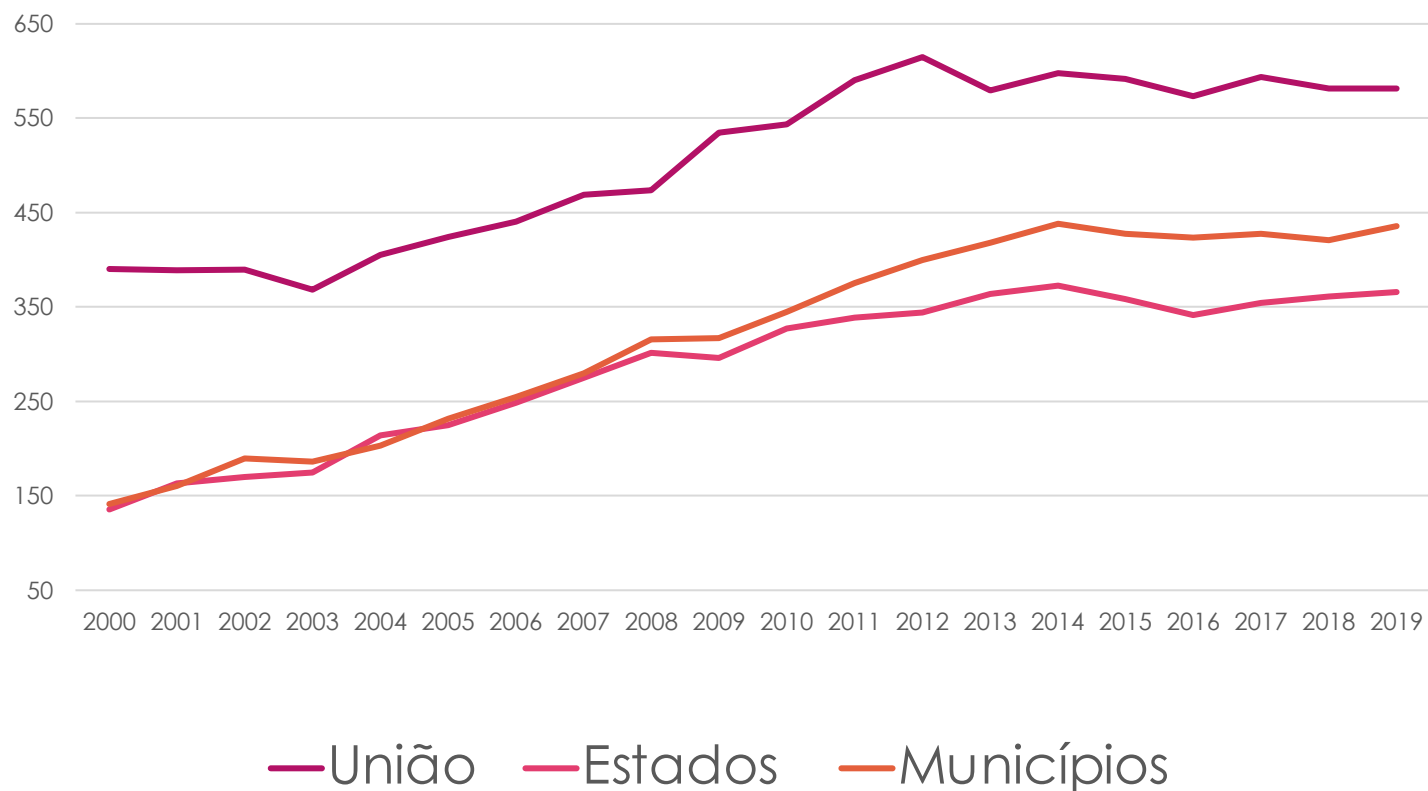
Para 2018 e 2019, empenho. Para 2020, LOA;  
Para 2018 e 2019, RCL observada. Para 2020, relatório da LOA.  
\*\*\* 15% da RCL.

Fonte: Siop, STN, Relatório da LOA.

**Orçamento  
federal de  
ações e  
serviços  
públicos de  
saúde  
(R\$ bilhões)**

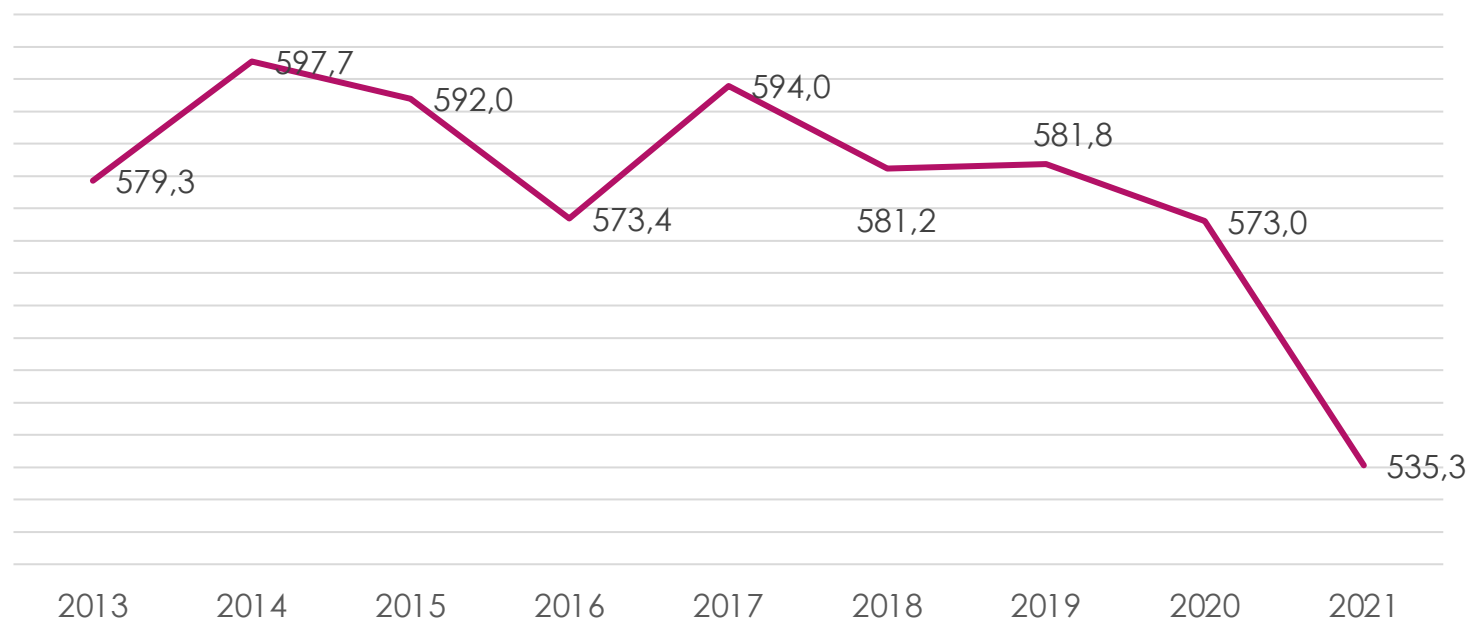


# Evolução dos valores aplicados per capita de ações e serviços públicos de saúde (a R\$ de 2019\*)



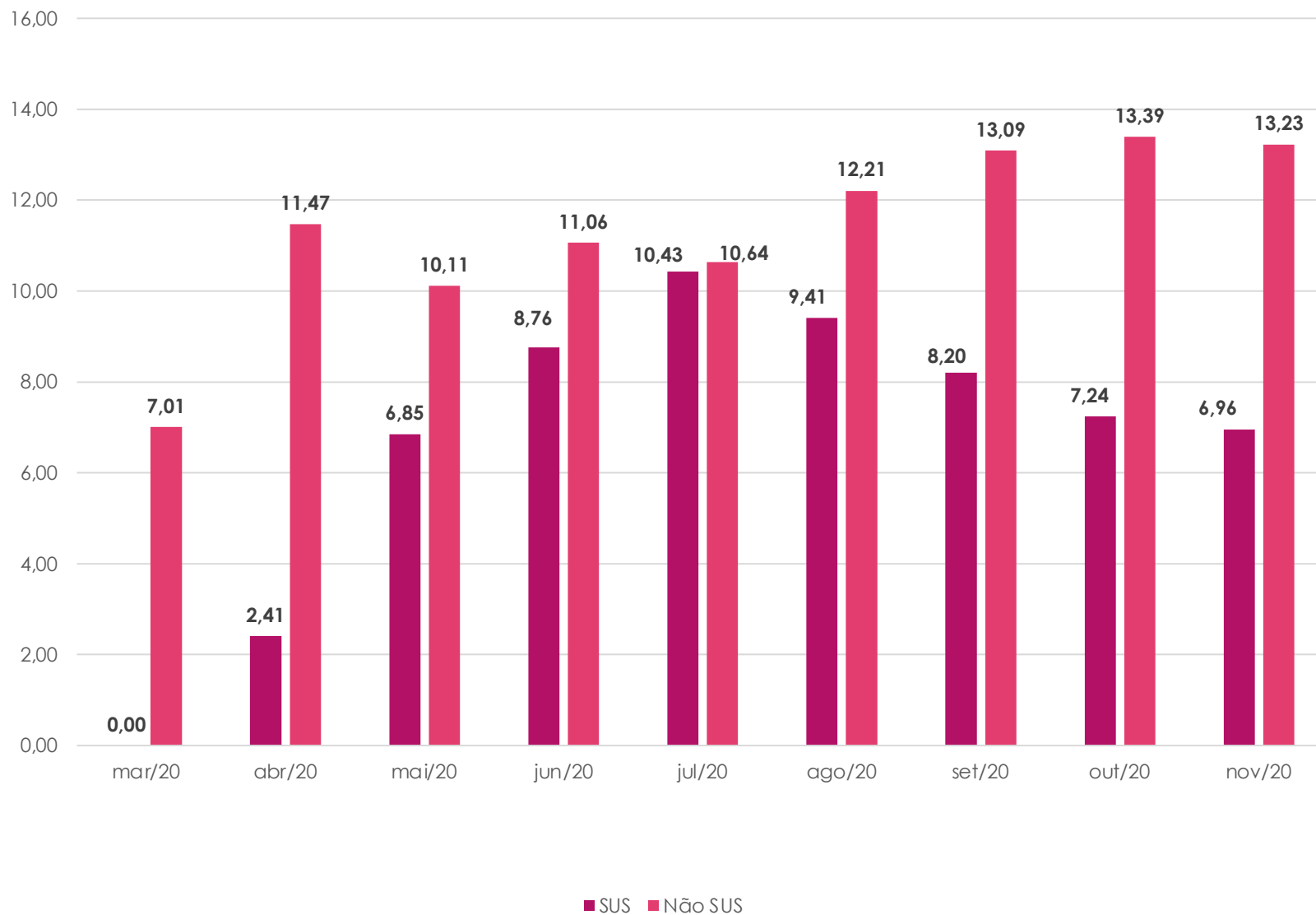
\* Considera IPCA médio. Fonte: Siop, Siops e IBGE. Elaboração Lascal - Unifesp

## Valores federais per capita aplicados em ações e serviços públicos de saúde (R\$, a preços de 2019)\*



\* Entre 2013 e 2019, empenho. Para 2020, LOA. Para 2021, PLOA. Considera IPCA médio.  
Fonte: Siop (despesas), IBGE (IPCA médio, estimativas da população e projeções da população).  
Elaboração Lascol - Unifesp

## Leitos de UTI\* Covid-19 (em milhares)



\* Considera leitos adultos e pediátricos. Fonte: Datasus. Consulta em 6 jan. Elaboração: Lascol (unifesp)

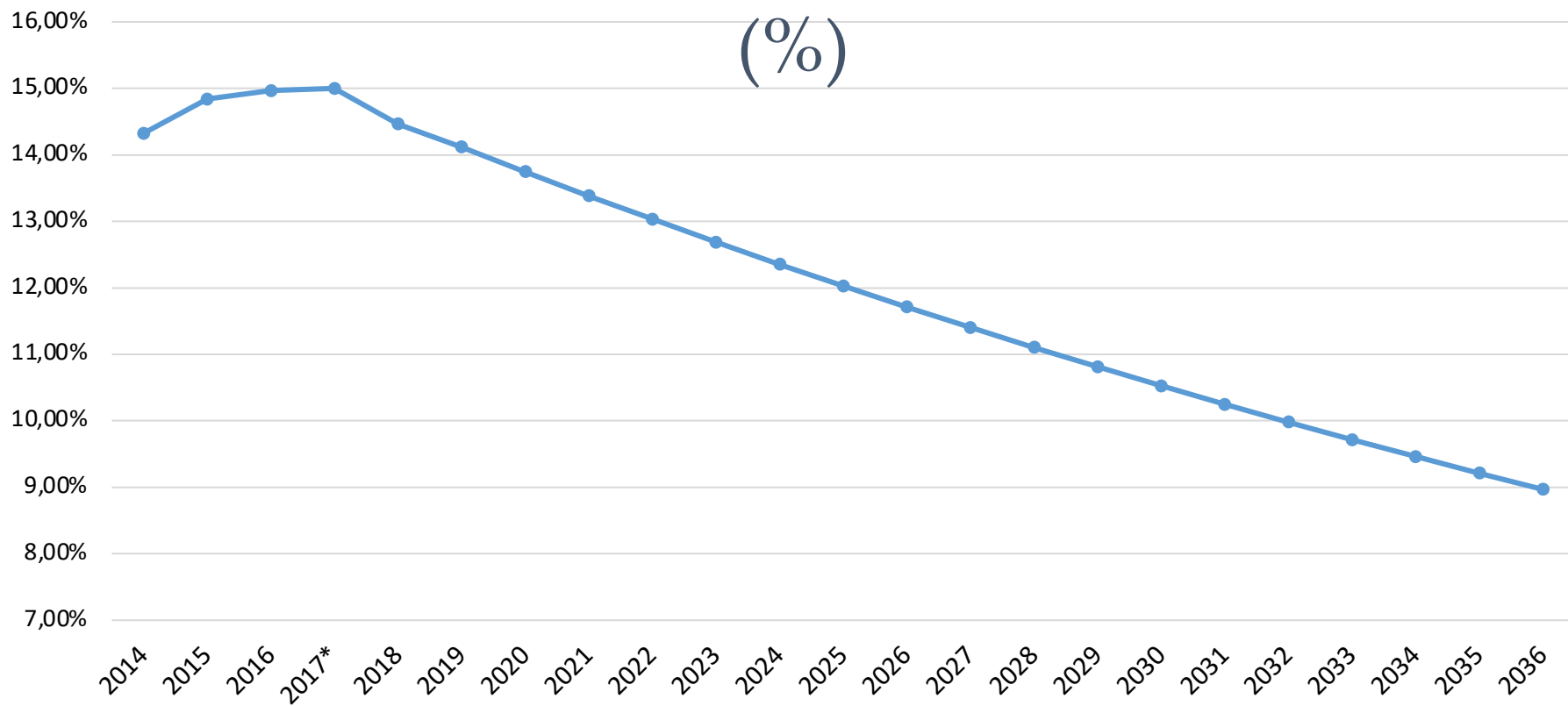


R\$ 3,79  
habitante/dia

É O QUE O BRASIL APLICOU DE RECURSOS  
PÚBLICOS PARA A SAÚDE

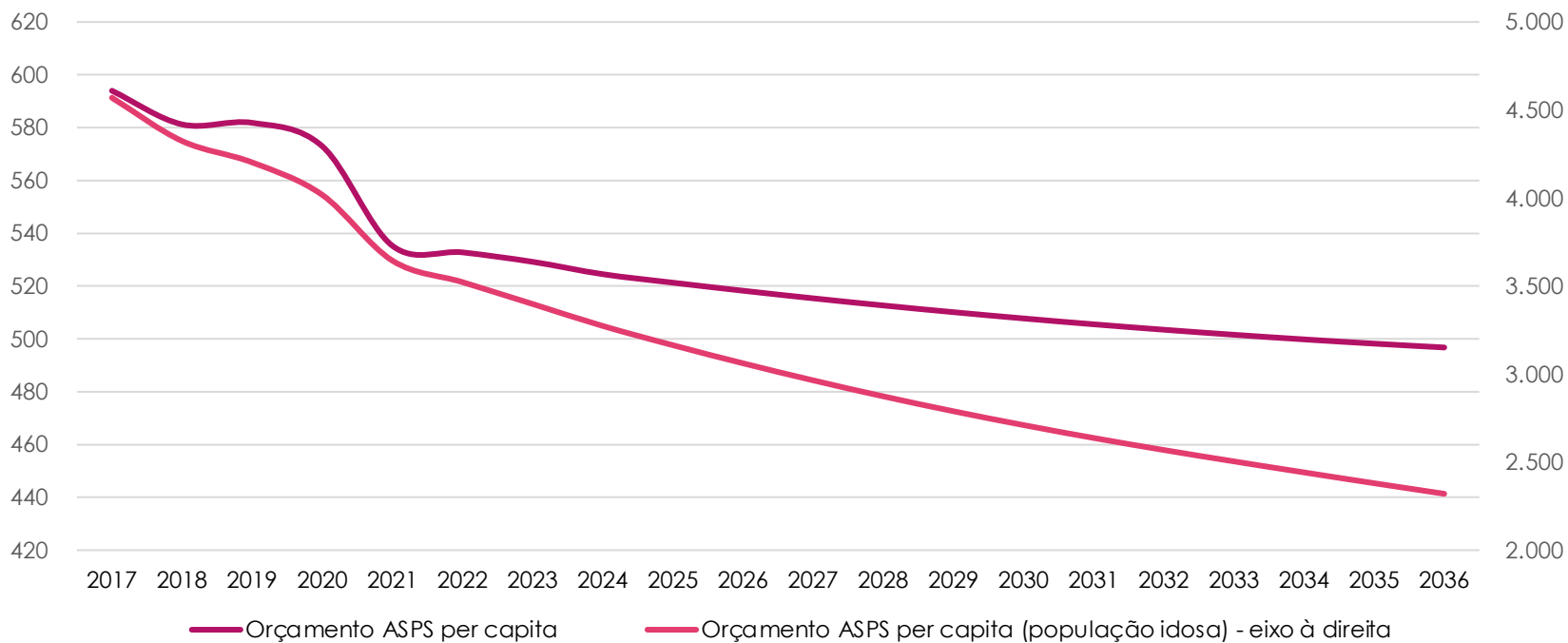
ORIUNDOS DAS TRÊS ESFERAS DE  
GOVERNO (2019)

# Evolução do piso federal de aplicação em Asps em relação a RCL



**Piso de aplicação em saúde deve cair de 15% da RCL em 2017 para 9% da RCL em 2036 (EC 95)**

# Orçamento federal de ações e serviços públicos de saúde (R\$, a preços de 2019)



Fonte: Siop (despesas realizadas, LOA e PLOA), IBGE (IPCA médio) e BCB (expectativas de mercado para o IPCA).

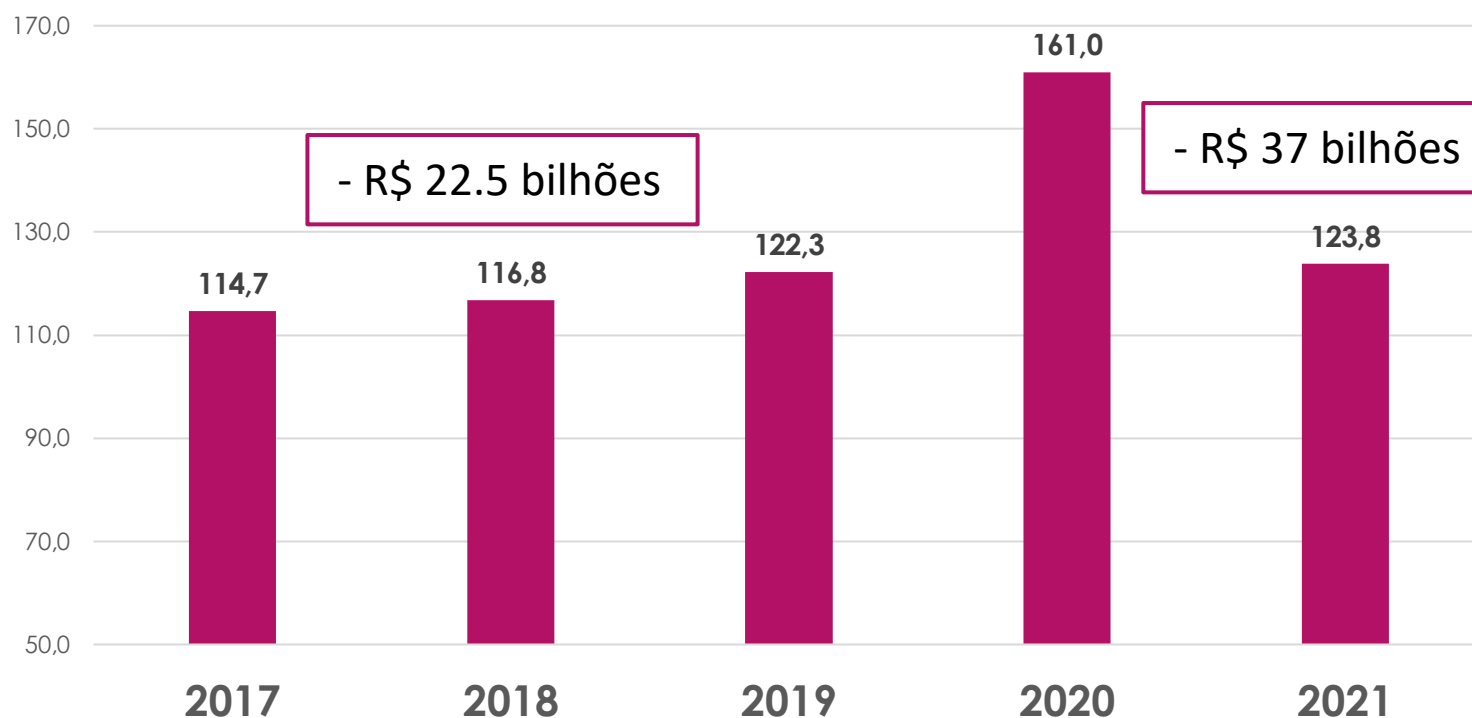


# Produto 3:

AVALIAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2021  
PARA AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE EM ÂMBITO  
FEDERAL.



# Orçamento de ações e serviços públicos de saúde - ASPS (R\$ bilhões)\*



Fonte: Siop. Elaborado por Lascal-Unifesp

\*. Entre 2017 e 2020, empenho. Para 2021, PLOA. Para 2021, não inclui créditos reabertos referentes à vacinação, de R\$ 21,6 bilhões.

## Orçamento de ASPS (2021) e a retomada das regras fiscais:

- ▶ Na proposta do governo (LOA) havia uma perda de recursos para o SUS de R\$ 37 bilhões.
- ▶ créditos extraordinários de 2020, reabertos em 2021, destinaram 20 bilhões para aquisição de vacinas
- ▶ **não há recursos extraordinários para enfrentamento da pandemia em 2021 e nem para garantir a manutenção das atividades do SUS:**

Crédito extraordinário de 2,8 bi reais, em 24 fev, para UTI (Covid) – adiantamento ???

## Orçamento federal ASPS (principais itens, sem assistência farmacêutica) (R\$) - LOA 2020 x PLOA 2021

Ação	2020	2021	Var nominal	Var %
Procedimentos em Média e Alta Complexidade	49.468.287.204	50.922.547.558	1.454.260.354	2,9%
Piso de Atenção Primária à Saúde	19.420.000.000	20.065.440.000	645.440.000	3,3%
Emendas impositivas	7.331.758.265	7.289.920.533	- 41.837.732	-0,6%
Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde	3.493.000.000	2.764.200.000	- 728.800.000	-20,9%
Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	2.712.800.000	2.674.000.000	- 38.800.000	-1,4%
Educação e Formação em Saúde	1.178.554.000	1.581.005.000	402.451.000	34,1%
Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	1.043.904.901	1.065.100.000	21.195.099	2,0%
<b>TOTAL</b>	<b>125.234.358.514</b>	<b>123.828.765.025</b>	<b>- 1.405.593.489</b>	<b>-1,1%</b>

## Orçamento federal ASPS assistência farmacêutica/imunobiológicos (R\$) - LOA 2020 x PLOA 2021

Ação	2020	2021	Var nominal	Var %
Medicamentos do Componente Especializado	6.234.000.000	6.980.000.000	746.000.000	12,0%
Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	4.903.017.433	5.378.000.000	474.982.567	9,7%
Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	2.040.000.000	2.040.000.000	-	0,0%
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	1.883.500.000	1.905.300.000	21.800.000	1,2%
Medicamentos para HIV/AIDS, outras IST e Hepatites Virais	1.880.532.167	1.830.000.000	- 50.532.167	-2,7%
<b>Sub-total (AF)</b>	<b>16.941.097.600</b>	<b>18.133.300.000</b>	<b>1.192.202.400</b>	<b>10,7%</b>
<b>TOTAL (ASPS)</b>	<b>125.234.358.514</b>	<b>123.828.765.025</b>	<b>- 1.405.593.489</b>	<b>-1,1%</b>

# Impacto das regras de gasto para 2021

- ▶ A redução de financiamento do SUS em 2021 implicará fortes restrições à oferta de serviços, inviabilizando:
  - ▶ o atendimento a uma série de demandas de saúde demandas represadas por procedimentos referentes a 2020;
  - ▶ habilitações de serviços abertos, mas que ainda não contam com recursos federais;
  - ▶ aquisição de insumos de saúde com baixa disponibilidade (por exemplo, medicamentos de UTI) e elevação de preços;
  - ▶ manutenção e ampliação dos leitos de UTI COVID-19 habilitados pelo Ministério da Saúde (a cada três leitos abertos em 2020, um foi desativado por falta de recursos);
  - ▶ recursos para apoio aos laboratórios oficiais na transferência de tecnologia de saúde

# Produto 4:

CENÁRIOS COM ALTERNATIVAS DE REGRAS DE GASTO  
PARA 2021

# Cenários

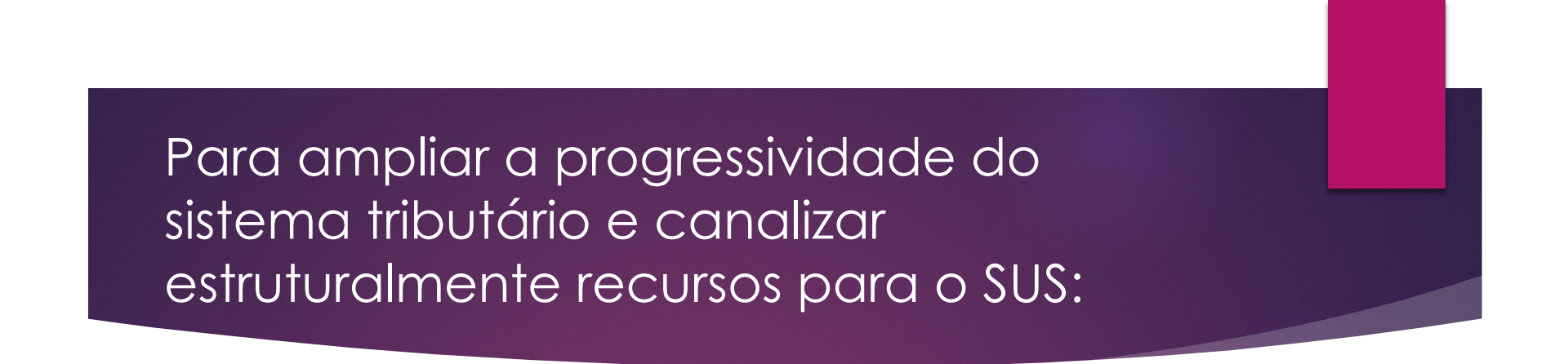
- ▶ Piso congelado da EC 95 (correção pelo IPCA de 12 meses).
- ▶ Retomada da Emenda Constitucional nº 29 (empenhado + variação nominal do PIB do ano anterior), com base nos valores de 2021 (PLOA 2021 + créditos reabertos das vacinas + MP 1.032/2021).
- ▶ Retomada da Emenda Constitucional nº 86 (15% da RCL).
- ▶ Piso atualizado pelo IPCA de 12 meses + crescimento populacional do ano anterior.
- ▶ Piso atualizado pelo IPCA de 12 meses + crescimento da população idosa do ano anterior.

Em termos nominais, como proporção do PIB, como proporção da RCL, em termos reais e reais per capita



# Análise

- ▶ a manutenção do congelamento importa em perdas para o orçamento do SUS (em relação ao PIB, RCL e per capita)
- ▶ novas regras de gasto e de aplicação mínima para saúde (retomada da EC 29 ou com base no crescimento da população idosa) mitigariam os impactos do subfinanciamento crônico e redução recente de financiamento do SUS.
- ▶ Emergencialmente caberia a decretação do estado de calamidade em 2021, suspendendo-se as regras fiscais e autorizando despesas extraordinárias para o SUS, mediante a emissão de dívida.



Para ampliar a progressividade do sistema tributário e canalizar estruturalmente recursos para o SUS:

- ▶ mudanças no IRPF
- ▶ regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas
- ▶ revisão de benefícios tributários
- ▶ tributação de produtos nocivos à saúde.

**A destinação de parcela do aumento da arrecadação para o SUS requer a revisão do Novo Regime Fiscal, instituído pela EC 95.**

## P 3: cenários com alternativas de regras de gasto para 2021

Cenários de proposta piso 21	Proposta piso 21	Proposta piso 21 - PLOA 21	Proposta piso 21 - Empenho 20
<b>Cenário 1:</b> piso equivalente aos valores empenhados em 2020	161	37,2	0
<b>Cenário 2:</b> valores empenhados em 2020 + IPCA 2020 (4,52%)	168,3	44,5	7,3

- ▶ É preciso estabelecer um piso emergencial para despesas federais ASPS em 2021 que garanta a manutenção, em termos nominais, dos valores empenhados em 2020 (161 bilhões) ou, de preferência, repondo também a inflação do período (168,3 bilhões)

# Como ficará o orçamento 2021?

- ▶ Congresso ampliou LOA de R\$ 123,8 para 133,4 bi
- ▶ Aproposta de aumento se deu com base em emendas parlamentares
- ▶ Pela proposta, 12% do orçamento do MS será definido pelos parlamentares
- ▶ Aguarda sanção ou veto do Presidente da República

# Produto 5:

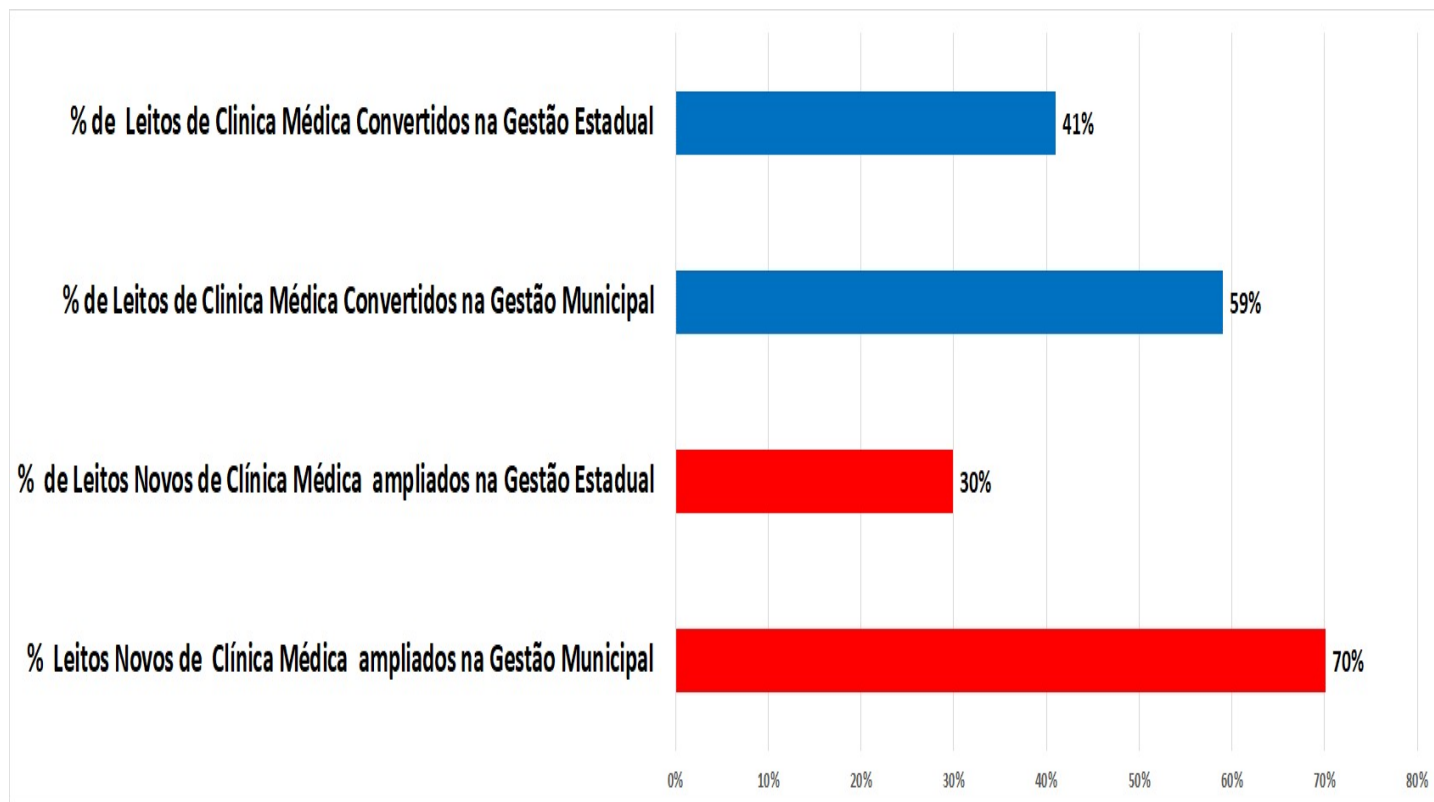
DESEMPENHO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DIREÇÃO  
DO GASTO NO ESTADO DE SP

## P 5: desempenho da execução orçamentária e direção do gasto no Estado de SP

- ▶ A desarticulação da gestão estadual de São Paulo e o insuficiente apoio técnico e financeiro sobrecarregou os municípios paulistas.
- ▶ Estados e municípios investiram centralmente na ampliação de leitos hospitalares (principalmente de UTI), não contemplando o planejamento e priorização de investimento em estratégias de atuação da vigilância em saúde (testagem, prevenção, monitoramento e rastreamento) em articulação com a atenção básica.
- ▶ No Plano SP, as medidas de prevenção e controle não foram relacionadas às "alterações" das taxas de transmissão, sendo mais suscetível à pressão econômica e política.

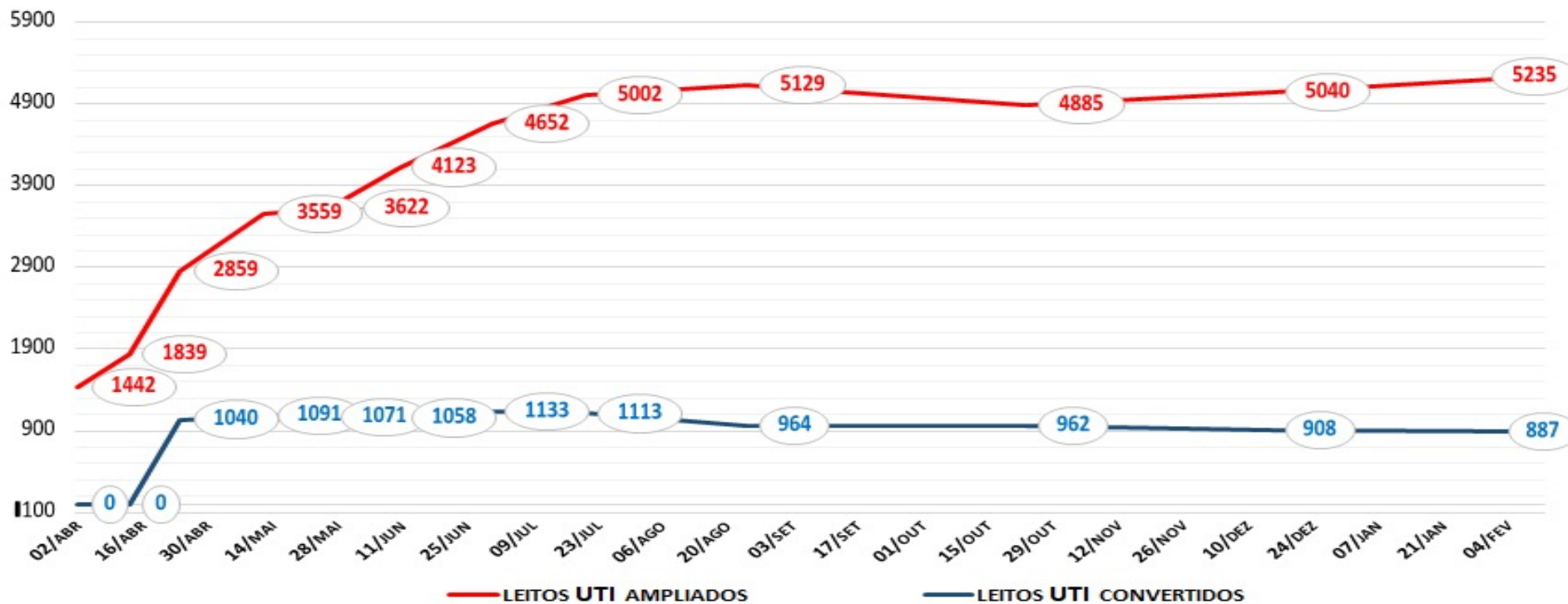
CM SUS existente GE	CM SUS existente GM	CM SUS existente TOTAL	CM convertido GE	CM convertido GM	CM convertido TOTAL	CM ampliados GE	CM ampliados GM	CM ampliados TOTAL
6796	9428	16224	2057	2964	5021	1014	2375	3389

### Proporção de leitos novos e convertidos de Clínica Médica COVID-19 por tipo de Gestão

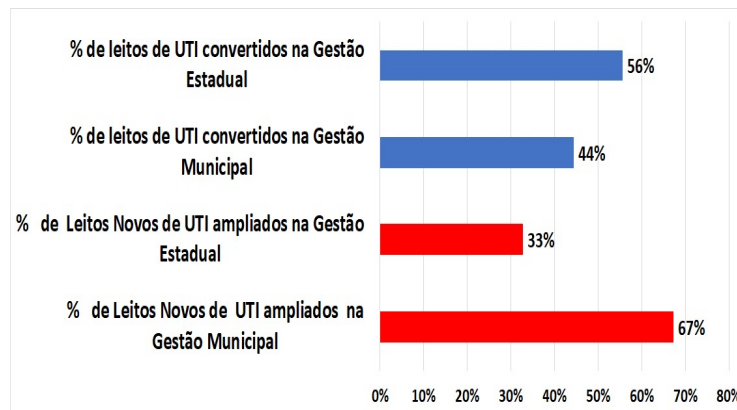


Fonte: Mapa de Leitos – SES/SP – 12ª remessa - fevereiro/2021



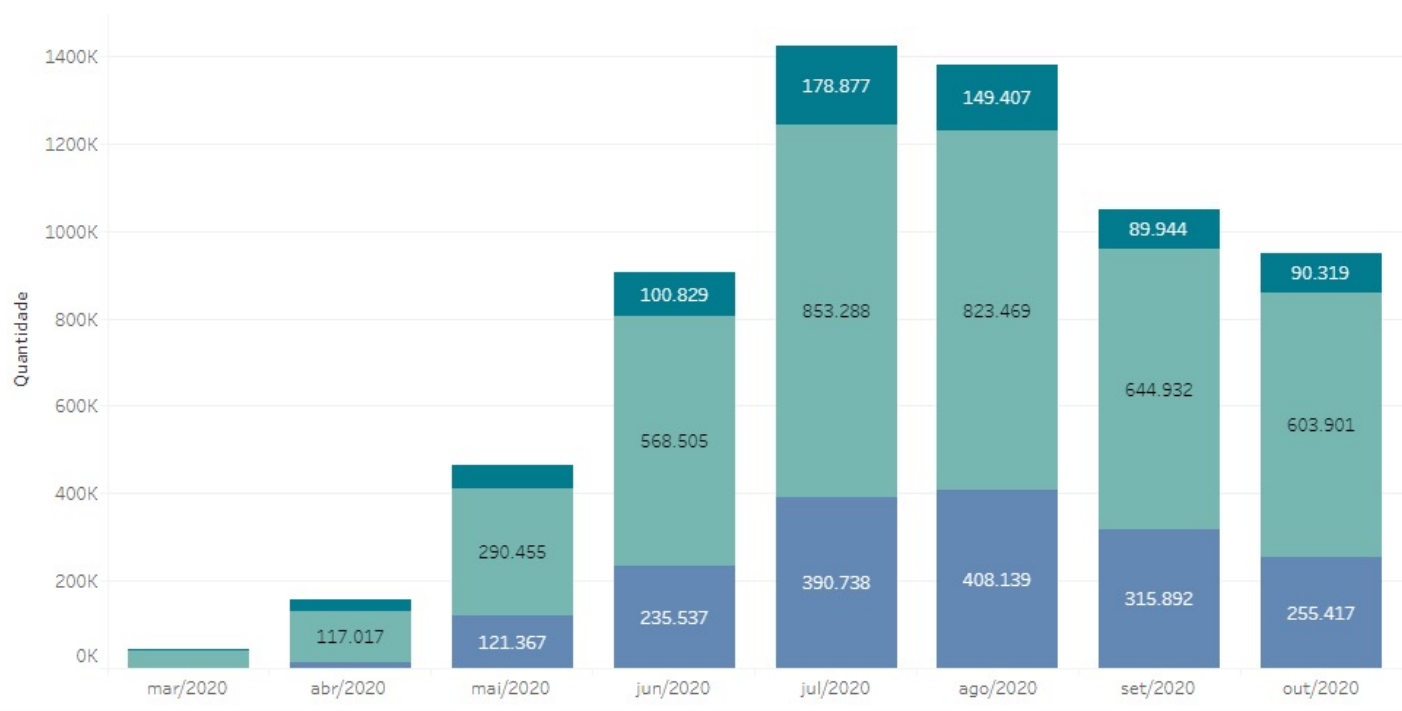


### Proporção de leitos novos e convertidos de UTI COVID-19 por tipo de Gestão



- Outros
- RT-PCR
- Teste Rápido

### Placar de testes do Governo do Estado de São Paulo



## Número de Centros de Referência e Centros Comunitários implantados em municípios, Estado de São Paulo, 2020

Portaria que credencia	Centro Referencia Portaria 1445/20		Centro Comunitário de Ref Portaria 1444/20	
	QTDD de centros	QTDD de municípios	QTDD de centros	QTDD de municípios
1579/20	48	43	0	0
1797/20	120	98	0	0
1742/20	0	0	2	2
1975/20	34	25	0	0
2071/20	19	19	0	0
2067/20	24	20	0	0
2234/20	19	16	0	0
2237/20	0	0	5	4
<b>TOTAL</b>	<b>264</b>	<b>221</b>	<b>7</b>	<b>6</b>

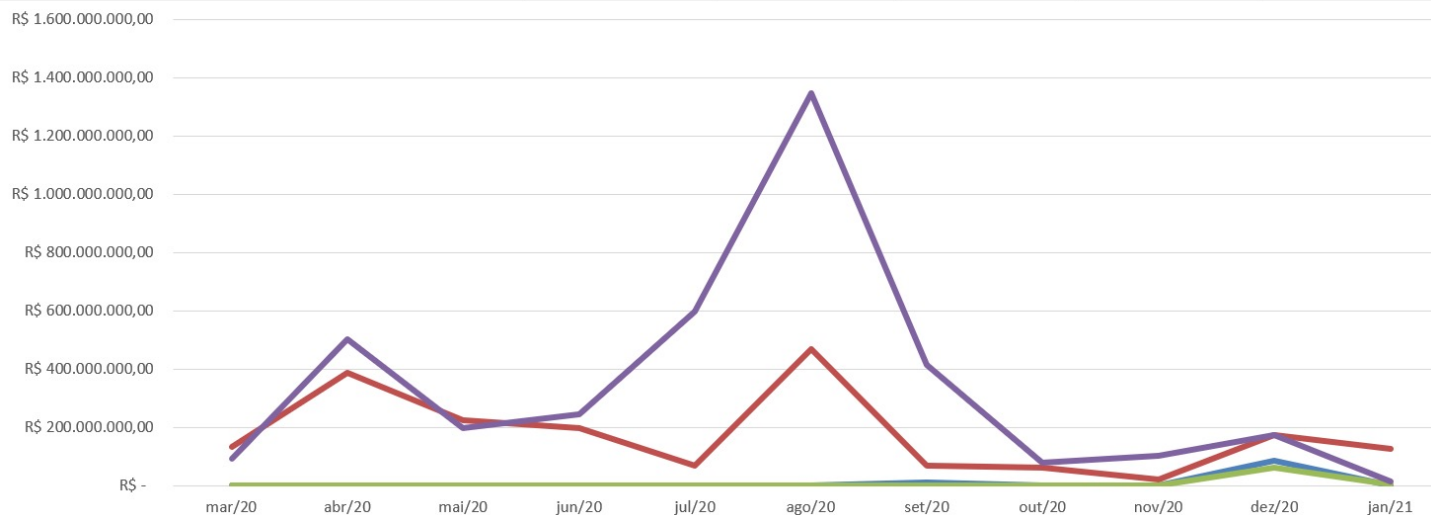
Fonte: Portarias MS – 1579, 1797, 1742, 1975, 2071, 2067, 2234 e 2237/2020

## Recursos Extraordinários transferidos pelo Ministério da Saúde até 18/01/2021 por tipo de Gestão

DESTINAÇÃO	GESTÃO ESTADUAL	GESTÃO MUNICIPAL	TOTAL
<b>UND FEDERATIVA SÃO PAULO</b>	R\$ 2.025.902.422,65	R\$ 3.823.807.142,03	R\$ 5.849.709.564,68
<b>BRASIL - TOTAL</b>	R\$ 9.860.080.778,32	R\$ 23.306.718.042,97	R\$ 33.166.798.821,29

BLOCO DE FINANCIAMENTO	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL GERAL
Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (INVESTIMENTO)	R\$ 633.496.718,00	R\$ 739.241.317,00	R\$ 1.372.738.035,00
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	R\$ 9.226.584.060,32	R\$ 22.567.476.725,97	R\$ 31.794.060.786,29
<b>TOTAL</b>	R\$ 9.860.080.778,32	R\$ 23.306.718.042,97	R\$ 33.166.798.821,29

## Recebimentos dos recursos extraordinários transferidos pelo Ministério da Saúde até 18 de janeiro de 2021, por mês de recebimento, segundo tipo de Gestão, para Unidade Federativa de São Paulo.



	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	jan/21
ESTADUAL - Estruturação (INVESTIMENTO)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 9.720.595,00	R\$ -	R\$ 1.327.477,00	R\$ 86.230.416,00	R\$ -
ESTADUAL - Manutenção (CUSTEIO)	R\$ 131.365.203,50	R\$ 388.413.779,84	R\$ 224.931.182,99	R\$ 197.297.796,89	R\$ 69.235.000,00	R\$ 469.313.000,00	R\$ 68.086.870,40	R\$ 60.467.870,40	R\$ 21.296.870,40	R\$ 171.694.323,00	R\$ 126.522.037,23
MUNICIPAL - Estruturação (INVESTIMENTO)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 61.101.392,00	R\$ 4.773.952,00
MUNICIPAL - Manutenção (CUSTEIO)	R\$ 91.632.872,00	R\$ 501.732.435,11	R\$ 195.663.939,12	R\$ 244.789.959,61	R\$ 597.837.921,50	R\$ 1.348.684.747,93	R\$ 414.369.814,96	R\$ 77.206.771,20	R\$ 100.489.054,20	R\$ 172.564.282,40	R\$ 12.960.000,00

Fonte: Fundo Nacional de Saúde

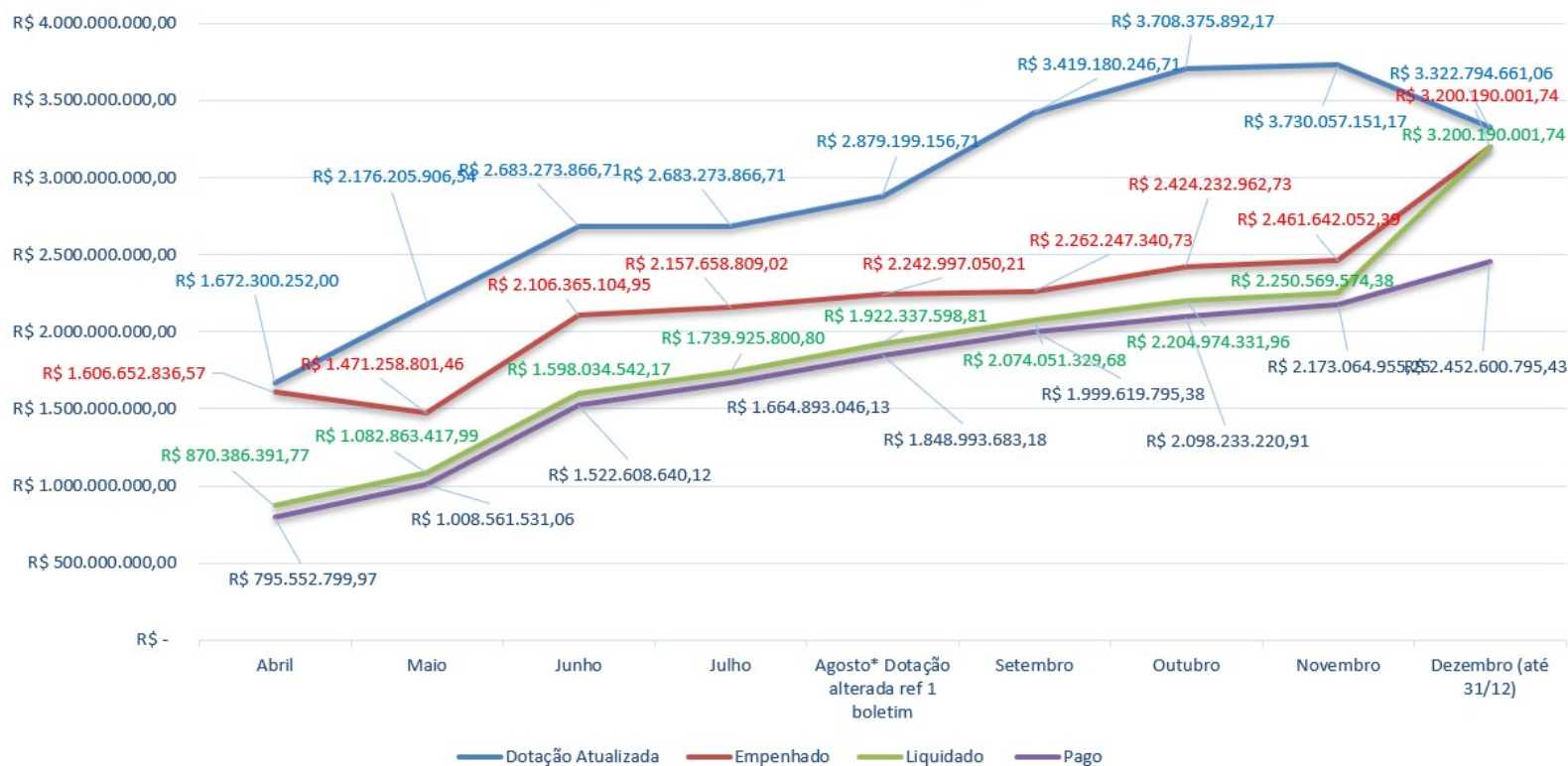


## Recursos Extraordinários transferidos pela Secretaria Estadual de Saúde aos municípios paulistas até 25/03/2021

Resoluções Publicadas	VALOR PUBLICADO	VALOR PAGO
Resolução SS 41/2020 (Base PAB Estadual)	R\$ 311.340.804,00	
Resolução SS 52/2020 (Transporte Hosp. Retaguarda)		
Resolução SS 48/2020 - Demandas Parlamentar		
Resolução SS 55/2020 - Demandas Parlamentar		
Resolução SS 57/2020 - Demandas Parlamentar		
Resolução SS 86/2020 - Demandas Parlamentar	R\$ 114.885.617,00	
Resolução SS 94/2020 - Demandas Parlamentar		R\$ 458.374.421,00
Resolução SS 105/2020 - Demandas Parlamentar		
Resolução SS 120/2020 - Demandas Parlamentar		
Resolução SS 156/2020 Recurso Extra. Estadual	R\$ 30.708.000,00	
Resolução SS 158/2020 Recurso Extra. Estadual	R\$ 1.440.000,00	
Resolução SS 159/2020 Recurso Extra. Estadual	R\$ 2.736.000,00	
Resolução SS 09/2021 Recurso Extra. Estadual	R\$ 21.180.000,00	
Resolução SS 12/2021 Recurso Extra. Estadual	R\$ 3.861.000,00	
Resolução SS 14/2021 Recurso Extra. Estadual	R\$ 22.320.000,00	
Resolução SS 22/2021 Recurso Extra. Estadual	R\$ 11.484.000,00	
Resolução SS 27/2021 Recurso Extra. Estadual	R\$ 15.758.409,00	
Resolução SS 33/2021 Recurso Extra. Estadual	R\$ 32.421.254,40	
Resolução SS 36/2021 Recurso Extra. Estadual	R\$ 7.849.152,00	R\$ 201.248.682,00
Resolução SS 37/2021 Recurso Extra. Estadual	R\$ 22.914.000,00	
Resolução SS 43/2021 Recurso Extra. Estadual (aguardando finalização da transferência)	R\$ 218.407.713,60	
Resolução SS 46/2021 Recurso Extra. Estadual (aguardando transferência)	R\$ 16.325.107,20	
<b>Total</b>	<b>R\$ 833.631.057,20</b>	<b>R\$ 659.623.103,00</b>

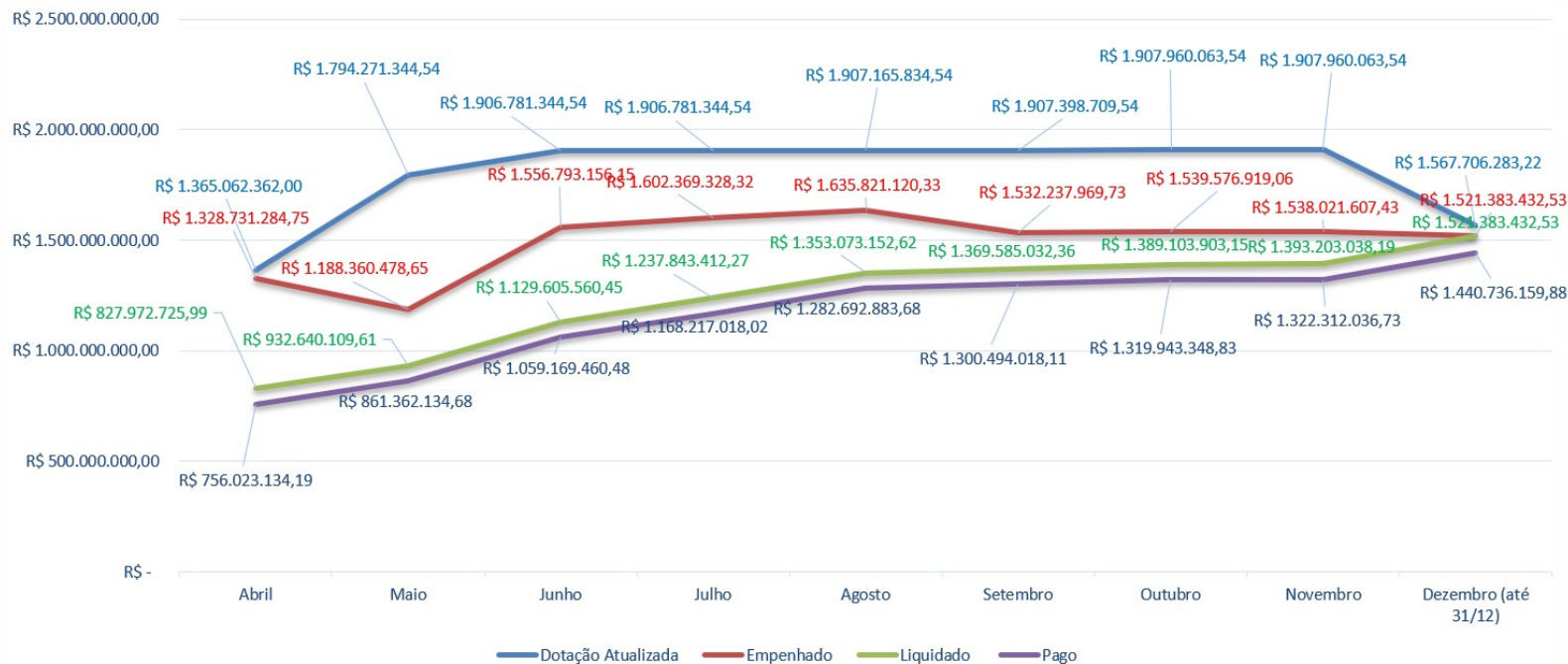
Fonte: Portal Financeiro do Gestor – SES/SP

## Evolução do desempenho da execução orçamentária dos recursos extraordinários totais (Tesouro Estadual e Recursos Vinculados Federais) da Secretaria Estadual de Saúde até 31 de dezembro de 2020.



Fonte: Boletim COVID nº03 – Conselho Estadual de Saúde de São Paulo

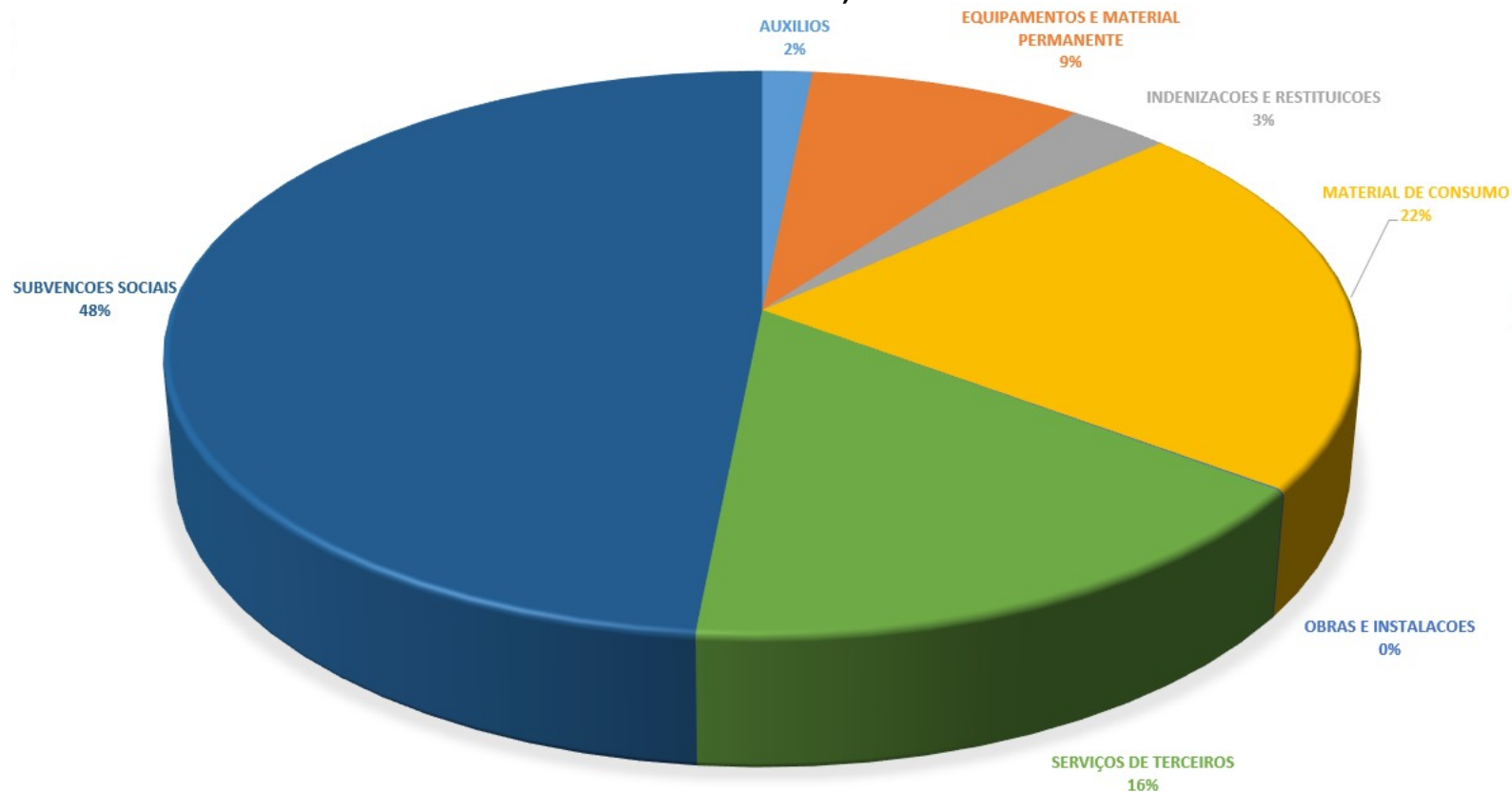
# Evolução do desempenho da execução orçamentária dos recursos extraordinários de fonte própria (Tesouro Estadual) da Secretaria Estadual de Saúde até 31 de dezembro de 2020



Fonte: Boletim COVID nº03 – Conselho Estadual de Saúde de São Paulo



– Destinação dos recursos extraordinários totais (Tesouro Estadual e Recursos Vinculados Federais) liquidados, segundo elemento de despesa da Secretaria Estadual de Saúde (situação de 31 de dezembro de 2020).



Fonte: Boletim COVID nº03 – Conselho Estadual de Saúde de São Paulo

# Produtos

1 – Curso de Extensão

2 – Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

3 – Mídias sociais: Podcast, Folders, gráficos e imagens

4 – Livro eletrônico (e-book)

5 – Publicação de artigos em revista científica indexada

6 - Apresentação dos resultados em congressos científicos



**LINK TEMPORARIO DO SITE:**

<https://sites.google.com/view/lascal/nossos-projetos/financiamento-sus>



1/10

Ultimamente muitas notícias circularam pelos jornais, rádios e pela internet falando que o Brasil não tem dinheiro para investir em saúde...

Mas até que ponto isso é verdade? O país realmente não tinha recursos para se investir em saúde? Ou será que o problema era outro?

Essa falta de dinheiro apontada pelo governo, além de outras coisas, de **REGRAS FISCAIS** artificiais que **circunvem** os gastos públicos

Um exemplo dessas regras é a **Emenda Constitucional 95** (EC95) que congelou os gastos do governo com investimentos em saúde e educação por 20 anos, contribuindo ainda mais para os já insuficientes recursos destinados para o SUS

A pandemia de coronavírus nos colocou em uma situação excepcional. Devido a isso, tais regras foram temporariamente suspensas

Isso permitiu que as despesas fossem aumentadas em mais de **R\$ 600 BILHÕES** sendo que **43,7 bilhões** foram destinados à saúde

Mas o dinheiro não havia acabado?

5/10

Além disso, o Ministério da Saúde **NÃO** foi capaz de utilizar totalmente os recursos conforme foram chegando, mostrando uma absurda falta de planejamento

6/10

7/10

O "desplanejamento" do Ministério da Saúde resultou na falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os trabalhadores da saúde, de testes, ventiladores pulmonares, medicamentos e até de oxigênio

O Ministério da Saúde foi incapaz de fazer compras centralizadas compatíveis com as necessidades do SUS

Houve também

O atraso nas compras e distribuição de recursos e a não adoção do isolamento social resultou em graves consequências econômicas, sociais e humanitárias

Dados mostram que o Governo Federal demorou mais de 30 dias entre o primeiro caso de Covid-19 (fevereiro) e a ampliação da distribuição dos recursos destinados à saúde (abril)...

Vejam os números:

Transfêrencia aos municípios e estados para enfrentamento à Covid-19 (R\$ bilhões)

Mês	Valor (R\$ bilhões)
FEV	0,01
MAR	4,36
ABR	2,39
MAY	1,11
JUN	4,45
JUL	9,72
AUG	2,06
SET	0,78
OCT	0,11
NOV	0,01
DEZ	0,01

Casos e mortes acumuladas (COVID-19)

Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, 19 de maio 2020

Número de casos de Covid-19 acumulados

Brasil	10,081,693
Mundo	111.215.754

Número de mortes por covid-19 acumulados

Brasil	244,955
Mundo	2.462.144

10/10

Postagem nas redes sociais (instagram)

## Podcast (dois):

- ▶ [https://drive.google.com/drive/folders/12FrrHV6yi3xFpwUyZa1Y6-D\\_AdMICIBb?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/12FrrHV6yi3xFpwUyZa1Y6-D_AdMICIBb?usp=sharing)

# Entrevista na TVT



<https://www.youtube.com/watch?v=op2hcg-4Sjk>

# Agradecimentos

## ▶ **Ao Lascol (Unifesp):**

- ▶ Pesquisadores
- ▶ doutorandos do PPG-Saúde Coletiva
- ▶ estudantes da EPM

## ▶ **Ao MPF-SP e à Unifesp (Convênio 151/2018)**





**Elaborado por:**

Laboratório de Saúde Coletiva – Lascal (Unifesp)